



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Pires Barreto

156
20

Ação Rescisória nº 221061-7/01

Autor: Iva Maria Rosa de Sena.

Réu: Município de Petrolina.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. AÇÃO RESCISÓRIA. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO NÃO CONHECIDA À UNANIMIDADE. REVOGAÇÃO DA REVERSÃO DE SERVIDORA PÚBLICA APOSENTADA. PRÉVIO PROCESSO ADMINISTRATIVO. NECESSIDADE. HIPÓTESES DO ART. 485 DO CPC. INCORRÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Preamble de impossibilidade jurídica do pedido não conhecida unissonamente, pois seu exame se confunde com o próprio mérito da causa. 2. Mérito. A reversão da autora ocorreu pelo interesse e requisição da administração, sendo um ato discricionário, de forma que deve atender à conveniência e oportunidade do ente público. 3. Inteligência do art. 61 da Lei nº 301/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), com redação dada pela Lei nº 1.039/2001. 4. Em 31 de março de 2010, o Prefeito editou o Decreto nº 26 (fls. 18), tornando sem efeito as reversões dos aposentados indicados na lista do anexo único, na qual constava o nome da demandante. 5. Por ter o ato administrativo de reversão acarretado substancial modificação na situação jurídica da autora, com a produção de efeitos favoráveis a mesma, mostra-se imprescindível a necessidade de exposição dos motivos que levaram ao desfazimento do ato, bem como a instauração do competente processo administrativo. 6. A suplicante busca a reformulação do juízo meritório emitido no acórdão rescindendo (fls. 83/84), utilizando-se da ação rescisória como sucedâneo recursal, situação inadmissível pela jurisprudência firmada no STJ. 7. Ação rescisória julgada improcedente à unanimidade, ante a inoccorrência de qualquer das hipóteses elencadas no art. 485, do CPC, com condenação da autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios no montante de R\$ 500,00 (quinhentos reais), observada a ressalva contida no art. 12 da Lei Federal nº 1.060/50.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da ação rescisória nº 221061-7/01, acima referenciada, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em julgar-lhe improcedente, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 24 de setembro de 2013

Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho
Dr. Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho – Relator substituto

742



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Ação Rescisória nº 221061-7/01

Autor: Iva Maria Rosa de Sena.

Réu: Município de Petrolina.

RELATÓRIO

Como relatório, adoto o do parecer da douta Procuradoria de Justiça, de fls. 135/137, que leio, ali se opinando pela improcedência do pedido rescisório, ante a ausência de configuração da hipótese invocada como fundamento da pretensão.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 15 de abril de 2013.


Dr. Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho
Relator substituto



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO PROCURADOR GERAL

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 0023042-50.2011.8.17.0000 (0221061-7/01)
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO.
RELATOR: DES. RICARDO DE OLIVEIRA PAES BARRETO
AUTORA: IVA MARIA ROSA DE SENA
RÉ: PRESIDENTE DO CONSELHO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA e OUTRO.

P A R E C E R

Trata-se de **AÇÃO RESCISÓRIA**, fundamentada no art. 485, inciso V, do CPC, proposta por **IVA MARIA ROSA DE SENA**, através de sua procuradora, contra a **PRESIDENTE DO CONSELHO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE PETROLINA e OUTRO**, objetivando desconstituir acórdão proferido pela Egrégia 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, nos autos da Apelação Cível interposta contra sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0002459-83.2010.8.17.1130, no qual foi julgado improcedente o pedido por desvirtuamento do instituto da reversão.

Argumenta-se que a atuação da Administração Pública Municipal aperfeiçoou-se em flagrante dissonância aos princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da motivação.

Inferre-se dos autos que a decisão rescindenda teve por fundamento a inexistência de direito líquido e certo da autora, o desvirtuamento do instituto da reversão funcional e a desnecessidade de prévio processo administrativo para correção da ilegalidade .

Citada, a ré ofertou contestação na qual arguiu preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, e, no mérito, sustentou a inexistência de violação do dispositivo legal.

Instada, a Postulante não replicou.

Em seguida, foram os autos encaminhados ao Ministério Público.

136
P

Assim relatados, passo a opinar.

Não merece prosperar a preliminar de carência de ação por impossibilidade jurídica do pedido.

1. A despeito de entendimento esboçado, a rescisória é a via adequada e juridicamente admissível para provocar a apreciação da tese de vício do *decisum* resultante de violação à disposição literal de lei.

A respeito, leciona Pontes de Miranda¹:

A petição inicial na ação rescisória pode ser inepta se falta o pedido ou a causa de pedir, ou se da narração dos fatos não decorre logicamente a conclusão, ou se o pedido é juridicamente impossível, ou se contém pedidos entre si incompatíveis (Código de Processo Civil, art. 295, I, e parágrafo único, I-IV). O autor pode não dizer quais os pontos da sentença que pretende seja rescindida: inépcia houve. Ou não mostrar as razões que tem para o pedido. Só dizer que pede a rescisão e porque a pede, já é suficiente, quer quanto ao pedido quer quanto à causa.

A ação rescisória, conforme se depreende do art. 485, do Código de Processo Civil, pressupõe a existência de uma decisão de mérito transitada em julgado e a ocorrência de algum das hipóteses de rescindibilidade dos julgados estabelecidas nos incisos I a IX.

No caso dos autos, a autora fez prova documental de que o acórdão proferido pela Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça transitou em julgado, sendo a ação rescisória proposta dentro do prazo decadencial de 02 anos, a que se refere o art. 495, do Código de Processo Civil.

Outrossim, em face do disposto no parágrafo único, do art. 488, do CPC, não há necessidade do recolhimento da multa prévia de 5% sobre o valor da causa, conforme determina o art. 488, do CPC.

Ao movimentar a rescisória, o autor exerceu, portando, o mecanismo legítimo e adequado para provocar o exame da sua tese.

2. No mérito, razão não assiste à postulante.

¹ In Tratado da Ação Rescisória, atualizado por Vilson Rodrigues Alves, Bookseller, 1998, p. 483

2
6

À toda evidência, *in casu*, a hipótese invocada como fundamento da pretensão rescisória não restou configurada, porquanto, não há como o acórdão rescindendo ter violado o dispositivo legal invocado pela autora, porque arrimado no correto entendimento de que o ato administrativo de reversão é discricionário, e como tal, a rescisão do vínculo e a perda da gratificação dela decorrente podem ser adotadas a qualquer tempo, sobretudo, quando não mais atender à conveniência e oportunidade da Administração Pública, sem a necessidade da instauração de prévio procedimento administrativo.

Evidente, portanto, que o ato administrativo impugnado no *writ* onde foi lançada a decisão rescindenda não atentou contra os princípios da administração pública, nem violou a lei e direito líquido, certo e translúcido da autora (RT 535/72, 447/132, RTJ 71/876, 70/504).

É flagrante que a parte autora, na verdade, utiliza-se da presente rescisória com o objetivo de que o Tribunal de Justiça faça uma reavaliação do julgamento proferido na apelação cível. Olvida que a ação rescisória não pode ser utilizada para reformar decisão injusta.

Como assinala o Ministro do STJ, SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, “a rescisória não se presta a apreciar a justiça ou injustiça da decisão, a boa ou má interpretação dos fatos, ao reexame da prova produzida ou a sua complementação” (*in CPC Anotado*, p. 280).

O Prof. ANTÔNIO DE SOUZA LEVENHAGEN, por sua vez, esclarece que “se o inconformismo da parte vencida se prende à injustiça da decisão, competia-lhe recorrer ao remédio prescrito em lei, ou seja, ao recurso, interpondo-o no prazo devido” (*in Comentários ao Código de Processo Civil – vol. II*, p. 230).

Para finalizar, transcrevo o seguinte julgado:

A ação rescisória não se presta para a correção de injustiça da sentença nem para reexame da prova (RT 541/326)

Diante do exposto, opino pela IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO, mantendo-se os termos do Acórdão atacado.

Recife, 28 de fevereiro de 2013.


MARIA HELENA NUNES LYRA
SUBPROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA
EM ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

RESPATCível / DARF



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Salvato Desembargador Ricardo Pass Barreto

Ação Rescisória nº 221061-7/01

Autor: Iva Maria Rosa de Sena.

Réu: Município de Petrolina.

VOTO DA PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

Não conheço da prefacial de impossibilidade jurídica do pedido inicial (fls. 110) argüida pelo ora demandado por entender seu exame se confunde com o próprio mérito da causa em exame.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013


Dr. Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho
Relator substituto

158
70



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Salvato Desembargador Ricardo Pires Barreto

Ação Rescisória nº 221061-7/01

Autor: Iva Maria Rosa de Sena.

Réu: Município de Petrolina.

VOTO DE MÉRITO

De início, impende ressaltar que a ação rescisória constitui medida excepcional cabível para desconstituir sentença ou acórdão no qual consta qualquer das hipóteses previstas no art. 485 do CPC.

No caso concreto em apreço, a autora, então aposentada, fora revertida pela Prefeitura Municipal de Petrolina, porém, através de Circular editada pelo Secretário de Administração (fls. 17), tomou conhecimento acerca da rescisão de todo vínculo do quadros dos aposentados revertidos à edilidade.

Em 31 de março de 2010, consoante faz prova o documento colacionado às fls. 18, o Prefeito editou o Decreto nº 26, tornando sem efeito as reversões dos aposentados indicados na lista do anexo único, na qual constava o nome da demandante.

Para o deslinde da causa em apreço, faz-se mister a análise do art. 61 da Lei nº 301/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), com redação dada pela Lei nº 1.039/2001, *in verbis*:

A reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria ou por interesse e requisição da Administração, respeitada a opção do servidor.

Da análise do dispositivo supramencionado, depreende-se que, na hipótese em tela, a reversão da autora ocorreu pelo interesse e requisição da administração, sendo, portanto, um ato discricionário, de forma que deve atender à conveniência e oportunidade do ente público.

Ocorre que, por ter o ato administrativo de reversão acarretado substancial modificação na situação jurídica da autora, com a produção de efeitos favoráveis à mesma, mostra-se imprescindível a necessidade de exposição dos motivos que levaram ao desfazimento do ato, bem como a instauração do competente processo administrativo.

Por oportuno, importante mencionar que o STF consolidou entendimento que condiciona a anulação/desconstituição de atos administrativos que acarretem efeitos favoráveis aos servidores públicos, à observância do

contraditório e ampla defesa, conforme se pode extrair da leitura de aresto adiante colacionado:

Agravo regimental no recurso extraordinário. Servidor público. Nulidade da nomeação. Demissão. Princípios do contraditório e da ampla defesa. Observância. Necessidade. Reexame da legislação local e dos fatos e das provas dos autos. Impossibilidade. Precedentes. 1. O entendimento desta Corte está consolidado no sentido de que qualquer ato da Administração Pública que repercuta no campo dos interesses individuais do cidadão deverá ser precedido de prévio procedimento administrativo no qual se assegure ao interessado o efetivo exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa. 2. Inadmissível, em recurso extraordinário, o reexame da legislação infraconstitucional local e das provas dos autos. Incidência das Súmulas nºs 280 e 279/STF. 3. Agravo regimental não provido (RE 435196 AgR/CE, T1, rel. Min. Dias Toffoli, DJ de 29/10/2012).

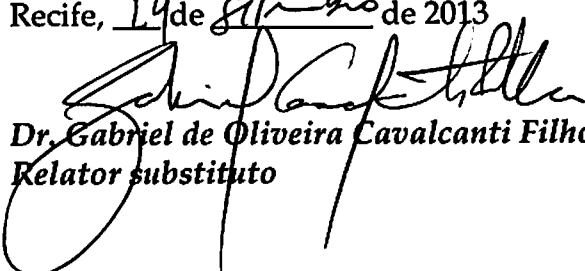
Todavia, nesta seara rescisória, a suplicante busca a reformulação do juízo meritório emitido no acórdão rescindendo (fls. 83/84), utilizando-se da presente demanda como sucedâneo recursal, situação inadmissível pela jurisprudência firmada no STJ, consoante se pode inferir do aresto abaixo colacionado:

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. OFENSA LITERAL À DISPOSIÇÃO DE LEI. NÃO OCORRÊNCIA. SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. O agravante não demonstrou a alegada ofensa literal à disposição de lei a ensejar a rescisão do julgado, utilizando-se da ação rescisória como sucedâneo recursal. 2. A ação rescisória não pode ser utilizada como sucedâneo de recurso, uma vez que destinada apenas a situações arroladas taxativamente no art. 485 do CPC, em casos de flagrante transgressão à lei, que não é a hipótese dos autos. 3. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1215321/MT, T2, rel. Min. Humberto Martins, DJ de 25/04/2012).

Feitas estas considerações, voto pela improcedência da pretensão rescisória posta, ante a inoccorrência de qualquer das hipóteses elencadas no art. 485, do CPC, condenando o autor ao pagamento de custas e honorários advocatícios no montante de R\$ 500,00 (quinhentos reais), observada a ressalva contida no art. 12 da Lei Federal nº 1.060/50.

É como voto.

Recife, 14 de setembro de 2013


Dr. Gabriel de Oliveira Cavalcanti Filho
Relator substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

Grupo de Câmaras de Direito Público
Ação Rescisória n.º 0221061-7/01
Autora: IVA MARIA ROSA DE SENA
Adv.: Dra. Nara Fontes
Réu: PRESIDENTE DO CONSELHO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE
PETROLINA E OUTRO
Adv.: Dr. Alexandre Jorge Torres Silva
MP-PE: Dra. Maria Helena Nunes Lyra
Relator: DES. RICARDO PAES BARRETO
Revisor: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

VOTO DE REVISÃO

A irresignação vertida pela autora está fulcrada na alegação de ocorrência de violação a literal disposição de lei(art. 485, V, do CPC).

Na hipótese, a decisão impugnada considerou que o instituto da reversão adotado no Município de Petrolina sofreu um desvirtuamento, pois a autora voltou à atividade, mas permanece na condição de aposentada, percebendo seus proventos e uma "gratificação de representação", conforme preceitua Lei Municipal nº 1039/2001, constituindo, portanto, a reversão, na forma aplicada pela Municipalidade, um ato discricionário, bastando apenas haver o interesse da Administração Municipal nos serviços do servidor aposentado, sendo este designado para o exercício ativo, com direito à percepção de adicional de remuneração no valor de 50% dos proventos integrais referentes à retribuição normal do cargo em que se aposentou(artigo 2º).

Em conclusão, afirmou a decisão da 7ª Câmara Cível que *"não se trata, como quer parecer a apelante, de perda de cargo público a ensejar a obrigatoriedade de prévio processo administrativo, mas tão somente da rescisão do vínculo e da perda da "gratificação pela reversão" concedida pela Administração Municipal, que agora não é mais do seu interesse. Como ato discricionário, a reversão, da forma aplicada no Município de Petrolina, atende à conveniência e oportunidade da Administração Pública, que a qualquer tempo, se tal ato não mais atender aos seus interesses, pode revogá-la, como de*

161
70

fato o fez, necessitando, para isso, de procedimento prévio como processo administrativo, como alega a apelante."(fl.84).

Alega a autora que a decisão colegiada rescindenda afrontou de forma direta e incontroversa o art. 5º, LV e LIV da Constituição Federal, a Súmula Vinculante nº 03/STF e jurisprudência pacífica do STF e STJ que condiciona a anulação/desconstituição de atos administrativos que acarretam efeitos favoráveis aos servidores públicos à observância do contraditório e ampla defesa.

Como suporte para suas alegações, indicou a necessidade da motivação dos atos administrativos e da aplicação analógica do art. 50 da Lei 9784/99 além de transcrever decisão da minha autoria, que em caso similar(Processo nº 221008-0 – DJ: 11.02.2011) – que também envolveu servidores públicos do Município de Petrolina - adotou posicionamento divergente ao fixado na decisão que ora se busca desconstituir, restando nele anotado que *"por ter o ato administrativo de reversão acarretado substancial modificação na situação jurídica dos apelantes, com a produção de efeitos favoráveis aos mesmos, mostra-se imprescindível a necessidade de exposição dos motivos que levaram ao desfazimento do ato, bem como a instauração do competente processo administrativo, o que não restou observado no caso que ora se analisa."*

Em que pese o meu entendimento diverso quanto à matéria de fundo conforme expresso na referida decisão, a viabilidade de ação rescisória, segundo o STJ, por ofensa à literal disposição de lei(art. 485, V do CPC) pressupõe violação frontal e direta contra a literalidade da norma jurídica¹ ou, conforme magistério doutrinário, a violação literal à disposição de lei equivale a conferir-lhe uma interpretação equivocada de maneira aberrante, evidente, que salta aos olhos, não havendo tal violação literal, se a interpretação for razoável ou se havia, à época da decisão rescindenda, polêmica ou divergência jurisprudencial.²

Acrescente-se a observação doutrinária do Ministro Luiz Fux no sentido de que, *"o elastério necessário que se emprega à palavra lei inadmite que se amplie a ponto de admitir ação rescisória de decisão contrária à jurisprudência e à súmula dos tribunais. A causa de rescindibilidade reclama violação à lei, por isso, interpretar não é violar."*³

Nesse sentido:

¹ STJ - AR 3.194/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/05/2013, DJe 17/05/2013.

² Didier Jr. Fredle e Leonardo Carneiro da Cunha *in* Curso de Direito Processual Civil, Editora JusPodium, 10ª edição, 2012, página 428.

³ Curso de Direito Processual Civil, Volume 1, em 4ª edição, página 683.

102
7p

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL A DISPOSITIVO LEGAL NÃO CARACTERIZADA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

1. É assente nesta Corte o entendimento no sentido do descabimento da rescisória, na hipótese do inciso V do art. 485 do Código de Processo Civil, acaso a interpretação dada pelo julgador rescindendo seja possível e razoável.

2. Agravo ao qual se nega provimento.

(STJ - AgRg no REsp 1.206.383/RS, Sexta Turma, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe 1º/10/2012)

No caso, é de rigor a improcedência do pedido rescisório uma vez que:

- 1) a autora não demonstrou que a decisão impugnada afrontou dispositivo legal em sua literalidade;
- 2) exige-se violação à lei, não se admitindo ação rescisória de decisão contrária a jurisprudência e súmula dos tribunais;
- 3) a interpretação dada pela decisão que se busca desconstituir revela-se plausível⁴;
- 4) havendo divergência de interpretação, à época do acórdão rescindendo, aplicável a Súmula 343 do Supremo Tribunal Federal, cujo teor orienta que *"não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais."*⁵

Em verdade, a autora se vale da presente ação como forma de insurgência à justiça do acórdão, o que somente seria possível por intermédio da via recursal adequada.

Perfilhando semelhante orientação, o parecer ministerial sinaliza ser *"flagrante que a parte autora, na verdade, utiliza-se da presente rescisória com o objetivo de que o Tribunal de Justiça faça uma reavaliação do julgamento proferido na apelação cível. Olvida que a ação rescisória não pode ser admitida para reformar decisão injusta."* (fl.137)

⁴ Em nota ao art. 485, V, do CPC, observam Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero: "A jurisprudência exige que a decisão tenha outorgado sentido "aberrante" à legislação para autorizar a ação rescisória (STJ, 6ª turma, REsp 9.086/SP, rel. Min. Adhemar Maciel, j. em 29-4-1996, DJ 05-08-1996, p. 26.424). (...) A interpretação oferecida deve violar frontalmente o texto da lei. Se a decisão rescindenda deu à lei uma interpretação "possível", ainda que não a adequada, não há que se falar em violação literal de lei." (in Código de Processo Civil comentado artigo por artigo, 3ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 507 e 508).

⁵ "A existência de interpretações jurisprudenciais razoáveis distintas sobre o mesmo tema, em um mesmo espaço de tempo, atrai a incidência do disposto na Súmula 343 do STF: "Não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais." Agravo regimental improvido." (STJ - AgRg nos EDcl no AREsp 251.273/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2013, DJe 25/04/2013)

163
70

Sobre o tema, aponto precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

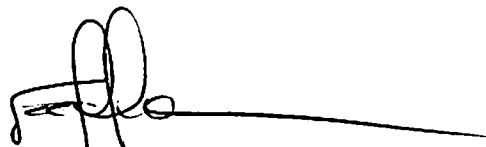
"A ação rescisória constitui meio excepcional de impugnação, não se prestando a apreciar a justiça ou a injustiça da decisão rescindenda." (STJ - AR 3.052/CE, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe 07/05/2013)

"A verificação da violação de dispositivo literal de lei requer exame minucioso do julgador, porquanto a ação rescisória não pode ser utilizada como sucedâneo de recurso, tendo lugar apenas nos casos em que a transgressão à lei é flagrante. O fato de o julgado haver adotado interpretação menos favorável à parte, ou mesmo a pior dentre as possíveis, não justifica o manejo da rescisória, porque não se cuida de via recursal com prazo de dois anos." (STJ - AgRg no REsp 1.284.013/SP, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe 1º/2/2012)

Diante do exposto, o meu voto de revisão é pela improcedência do pedido rescisório.

É como voto.

Recife, 24/09/2013



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator